



O arquivo utópico de Darcy Ribeiro

The utopian Darcy Ribeiro archive

Luciana Quillet Heymann

Professora associada do Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas.
Praia de Botafogo, 190/14º andar
22250-900 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
luciana.heyman@fgv.br

Recebido para publicação em fevereiro de 2011.
Aprovado para publicação em julho de 2011.

HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, p.261-282.

Resumo

Analisa o projeto memorial do antropólogo, escritor e político Darcy Ribeiro, com ênfase na relação que mantinha com seu arquivo pessoal e na criação da Fundação Darcy Ribeiro, instituída para dar continuidade a seu 'legado'. Aponta as interferências presentes na constituição de seu acervo e apresenta uma etnografia que busca restituir a historicidade do arquivo. Indica os sentidos que lhe foram conferidos pelo próprio titular e, após sua morte, pelos responsáveis pela gestão de sua memória. A partir deste estudo, propõe-se avaliar o rendimento analítico de abordagens sócio-históricas dos arquivos.

Palavras-chave: arquivo pessoal; memória; instituição de memória; Darcy Ribeiro (1922-1997).

Abstract

The project in memory of anthropologist, writer and politician Darcy Ribeiro is analyzed, with emphasis on the relationship he had with his personal archives and the creation of the Darcy Ribeiro Foundation, established to give continuity to his 'legacy.' It highlights the influences present in the formation of his archive and presents an ethnography that seeks to restore the historicity of the archive. It reveals the significance attributed to it by the creator himself, and after his death, by those responsible for his memory. From this study, an attempt is made to evaluate the analytical return from socio-historical approaches to the archives.

Keywords: personal archive; memory; institution of memory; Darcy Ribeiro (1922-1997).

Quisera a glória de ficar depois de mim, por muito tempo,
cavalgando na memória dos netos do filho que nunca tive.
Permanecer? Mas como? Não sei.

Darcy Ribeiro

Uma das primeiras reflexões, no campo da arquivologia, a se debruçar sobre os arquivos pessoais ou, mais precisamente, a chamar atenção para o processo pessoal de arquivamento de registros encontra-se no texto de Sue McKemmish publicado em 1996 na revista *Archives and Manuscripts*. No artigo, intitulado “Evidence of me...”, a arquivista australiana aproxima o gesto de guardar documentos pessoais a “um tipo de testemunho” que alguns indivíduos se veriam compelidos a prestar em relação a sua vida, tanto no sentido de preservar a memória de experiências vividas como no de constituir sua identidade pessoal por meio do arquivamento. O texto estabelece conexões interessantes com outros campos de conhecimento que discutem o papel das ‘narrativas de si’ na constituição do *self*, relacionando a produção de arquivos pessoais e esse debate. McKemmish (1996) sugere ainda que diferentes gêneros documentais presentes em arquivos pessoais fornecem diferentes tipos de ‘prova’ em relação a seus titulares. Assim, por exemplo, as cartas forneceriam informações sobre os missivistas, mas, sobretudo, seriam uma prova das relações existentes entre eles e desenhariam, assim, o contexto no qual as informações contidas nos documentos deveriam ser interpretadas.

Se, por um lado, é sugestivo pensar o arquivamento como uma forma de narrativa de si, por outro nem todo gesto de arquivamento pode ser associado a alguma motivação memorial. Alguns documentos, como os diários pessoais, são socialmente investidos desse atributo; buscá-lo, entretanto, em todos os documentos guardados pelo indivíduo equivaleria a dotar de significado único (e muitas vezes conferido *ex post*) o resultado de diferentes gestos operados em diferentes momentos e com diferentes motivações. Não são apenas as várias temporalidades que se expressam nos arquivos pessoais, a marcar as distintas formas de relação dos titulares com seus papéis, ao longo do tempo. Motivações e dinâmicas diversas podem ser percebidas por meio de etnografias que invistam na recuperação da história e dos contextos de acumulação e guarda dos documentos.

Que preocupações e expectativas orientam os processos de arquivamento levados a efeito por indivíduos? Que significado pode ser atribuído a um arquivo pessoal, primeiro pelo próprio titular e, após sua morte, por seus herdeiros, muitas vezes incumbidos de gerir o destino do papelório? Tais questões balizam esta abordagem do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro (1922-1997). O objetivo principal não é explorar a riqueza dos cerca de 60 mil documentos que o compõem, mas sim recuperar a relação que o titular estabeleceu com seus papéis ao longo dos anos. Ao investir sobre os padrões de arquivamento, perscrutam-se sua autoimagem e sua atuação pública: o que o arquivo testemunha ou, nos termos de McKemmish (1996), quais as “provas de Darcy” que seu arquivo fornece?

Nesta análise apresenta-se também a estrutura por meio da qual o arquivo passou à esfera pública, a Fundação Darcy Ribeiro (Fundar). O próprio Darcy a criou, poucos anos antes de morrer, movido por duas ambições: dar continuidade a seus projetos, ou seja,

permitir que as bandeiras de luta que o mobilizaram durante a vida – e que ele chamava de suas ‘utopias’ – continuassem a ser empunhadas por seus colaboradores; e abrigar o que considerava o seu acervo. Seu objetivo era assegurar que sua memória perdurasse, vencendo a morte e o tempo. Abordo, portanto, ainda que de forma breve, o projeto memorial que ocupou Darcy Ribeiro em seus últimos anos de vida e que foi assumido posteriormente por aqueles que se tornaram responsáveis pela gestão de seu ‘legado’.

Breve biografia de um condenado

Antes de passar à Fundação Darcy Ribeiro e ao arquivo, cabem algumas informações biográficas aos leitores que não são familiarizados com a trajetória de Darcy. O propósito não é analisar seu extenso percurso intelectual e político, mas apenas esboçar o perfil desse antropólogo, político e escritor que se autodenominava um homem de fazimentos.¹

Mineiro de Montes Claros, Darcy Ribeiro nasceu em 26 de outubro de 1922. Em 1939 mudou-se para Belo Horizonte a fim de estudar medicina, mas abandonou o curso depois de constatar sua falta de vocação para a carreira e em 1943 retornou à cidade natal. No ano seguinte, após contato com o sociólogo americano Donald Pierson, que lhe ofereceu uma bolsa de estudos, mudou-se para a capital paulista e matriculou-se na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, onde se formou em 1946, com especialização em etnologia.

Em 1947 Darcy foi contratado como naturalista pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Nos anos seguintes, viveu longos períodos em comunidades indígenas do sul do Mato Grosso e da floresta amazônica, desenvolvendo estudos etnológicos. Em 1950 publicou seu primeiro livro, *Religião e mitologia kadiwéu*, que lhe valeu o Prêmio Fábio Prado. Em 1952 assumiu a direção da Seção de Estudos do SPI e por sua iniciativa foi inaugurado no Rio de Janeiro, no ano seguinte, o Museu do Índio, no qual, dois anos depois, organizou o primeiro curso de pós-graduação em antropologia cultural do Brasil.

Darcy Ribeiro ingressou no campo da educação – do qual não mais se afastaria – em meados dos anos 1950, quando também passou a integrar o corpo docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, como responsável por cadeiras de etnologia brasileira. Em 1957 o pedagogo Anísio Teixeira - de quem sofreu forte influência – designou-o para dirigir a Divisão de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), vinculado ao Ministério da Educação. Junto com Anísio, cerrou fileiras em defesa da escola pública, laica e gratuita. Em 1959 foi encarregado, pelo presidente Juscelino Kubitschek – com o qual havia colaborado na definição das diretrizes de seu governo para o setor educacional –, de planejar a Universidade de Brasília (UnB). Em 1961, com a inauguração dessa universidade, foi nomeado seu primeiro reitor.

Em agosto de 1962 assumiu a chefia do Ministério da Educação do governo João Goulart, compondo o gabinete chefiado pelo então primeiro-ministro Hermes Lima. Em janeiro de 1963, com a volta do país ao regime presidencialista, deixou o ministério e assumiu a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. O descontentamento de setores conservadores, civis e militares com os rumos do governo levou ao golpe que depôs o presidente em 31 de março de 1964. Darcy deixou o país nos primeiros dias de abril e exilou-se no Uruguai.

De 1964 a 1976, seus 12 anos de exílio, estabeleceu residência em quatro países latino-americanos – Uruguai, Venezuela, Chile e Peru –, nos quais lecionou antropologia e participou de reformas dos sistemas universitários. Em 1971 transferiu-se para o Chile, onde assessorou o presidente Salvador Allende. Em seguida, aceitou convite para colaborar com o governo do general Juan Velasco Alvarado e participar do programa de criação do Centro de Estudos de Participação Popular, resultante de parceria entre o governo peruano e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Em dezembro de 1974, vítima de um câncer pulmonar, Darcy foi autorizado pelo governo brasileiro a voltar ao Brasil para submeter-se a uma cirurgia, e permaneceu seis meses no país antes de retornar ao Peru. Voltou definitivamente em 1976 e, com a Lei de Anistia, de 1979, foi reintegrado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1980, com a extinção do bipartidarismo, uniu-se a Leonel Brizola na organização do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1982, por esse partido, foi lançado candidato a vice-governador do Rio de Janeiro, na chapa de Brizola. Com a vitória nas urnas, Darcy acumulou o cargo com o de secretário de Ciência e Cultura. Foi, também, encarregado de coordenar o Programa Especial de Educação (PEE), cujo principal objetivo era a implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs).

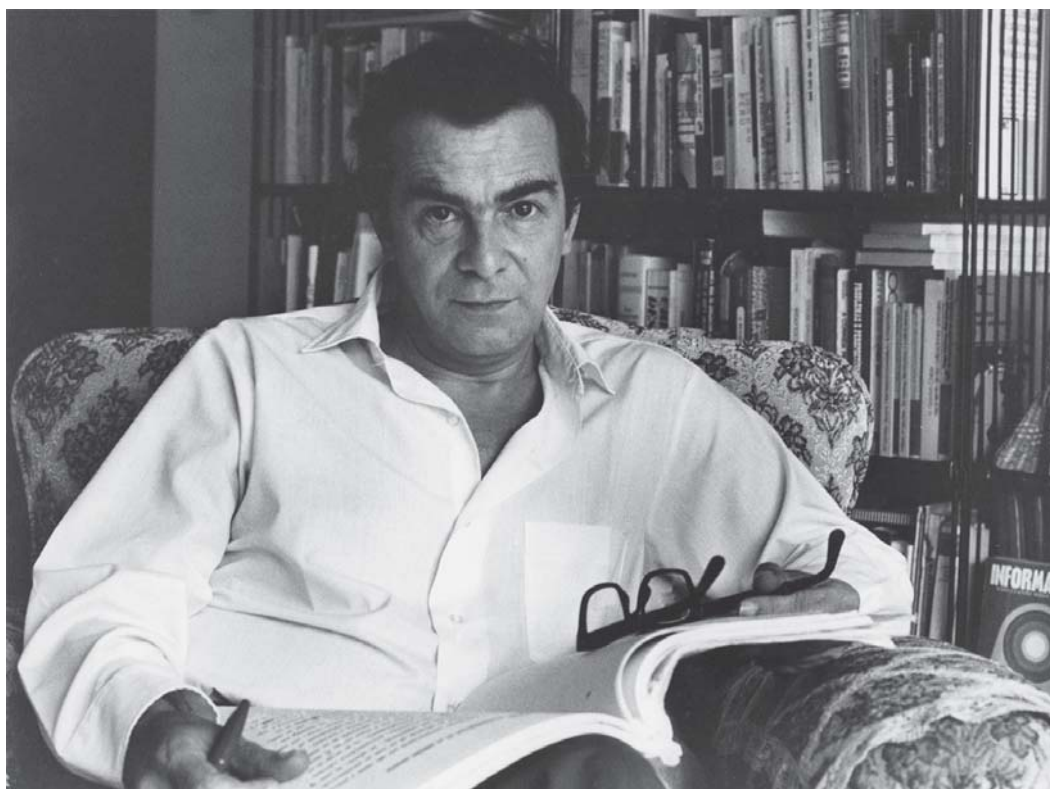


Imagem 1: Darcy Ribeiro em sua residência na Venezuela, durante exílio, data provável, 1969/1971. Arquivo Darcy Ribeiro (Fundar)

Em 1986 concorreu ao governo do estado do Rio de Janeiro, perdendo a eleição para Wellington Moreira Franco, candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em setembro de 1987 foi chamado, pelo governador de São Paulo Orestes Quércia, para colaborar com Oscar Niemeyer na implantação do Memorial da América Latina, inaugurado em janeiro de 1989.

Em outubro de 1990 elegeu-se senador pelo estado do Rio de Janeiro na legenda do PDT. No mesmo pleito Leonel Brizola foi eleito, mais uma vez, governador do estado. Em setembro de 1991 Darcy licenciou-se de sua cadeira no Senado para assumir a Secretaria Extraordinária de Programas Especiais do governo fluminense, cuja principal meta era promover a retomada da implantação dos CIEPs e coordenar a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), em Campos. Voltou ao Senado no final de 1992.

Em 1994 ele ainda concorreria como candidato a vice-presidente da República na chapa encabeçada por Leonel Brizola, do PDT. O resultado das urnas deu à chapa a quinta colocação, entre oito concorrentes. Em dezembro do mesmo ano, Darcy Ribeiro foi internado, no Rio de Janeiro, para tratar de novo câncer em estado avançado, mas cerca de um mês depois deixou o hospital sem ordem médica e instalou-se em sua casa de praia em Maricá (RJ), porque, segundo declarou, precisava refugiar-se para terminar o livro *O povo brasileiro*, publicado no ano seguinte. Retornou ao Senado em seguida, concentrando suas atividades na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996. Durante esse ano, manteve coluna semanal no jornal *Folha de S. Paulo* e publicou *Diários índios*, que recebeu o Prêmio Sérgio Buarque de Hollanda na categoria Ensaio Social.

Mesmo uma apresentação sumária da biografia de Darcy Ribeiro tem que registrar sua atividade como literato. Seu primeiro e mais elogiado romance, *Maíra*, foi lançado em 1976 e depois traduzido em várias línguas. A ele se seguiram *O Mulo*, *Utopia selvagem* e *Migo*, paralelamente a tantos outros livros, entre os quais se destacam os seis títulos que compõem os Estudos de Antropologia da Civilização – série encerrada com *O povo brasileiro*.

Darcy morreu em 17 de fevereiro de 1997, em Brasília, aos 74 anos, mas conviveu cerca de vinte anos com a possibilidade da morte, o que – conforme atestam colaboradores – o levou a imprimir urgência e dedicação total a seus investimentos intelectuais e políticos.² Além do sentido de urgência na relação com o trabalho, a perspectiva da morte alimentou uma pulsão autobiográfica, expressa nos vários textos em que reviu sua trajetória e se definiu como intelectual e político. A angústia da finitude e o temor do esquecimento são objetos de reflexão em *Testemunho*, publicado em 1990, em *Confissões*, que escreveu em 1996 e não chegou a ver publicado, e no romance *Migo*, de 1988, que classifica como “romance confessional” (Ribeiro, 1997, p.515). Em *Migo*, lê-se:

Saudades de mim. Saudade de meus idos, dos sidos e dos que deviam ter sido. Compor memórias é tocar ao vivo meus nervos e seus nervos vivos, redivivo, rememorando para pôr aqui, devolvidos, prazeres e dores. Penas e glórias que dormiam abafadas, esquecidas de mim, me voltam, revisejam. Curto saudade. Saudade de quem? ...

A clara dona, que veio depois de anos de espera, veio e ficou.

Gentes gentílicas que vi, amei, tão completas.

Obras que edifiquei e aí ficarão, testemunhando.
Música, enchendo espaços latifundiários de mim.
Aulas que dei, tantíssimas, esquecidas.
Aquela golfada de sangue no hotel.
A mordida de tubarão que tirou a metade melhor de mim.
Meu medo-pânico de me saber vulnerável, mortal.
A eleição perdida e a glória entrevista.
Esta escritura contraditória.
O que me veio, se foi, só me deixou vazios. Quem veio a mim chegou, partiu. Quem me virá na próxima hora? A hora próxima, haverá? (p.97).

É explícita a vontade de vencer o tempo e o esquecimento, permanecendo na memória das gerações futuras. O desejo de ser lembrado se realizaria pelas obras que edificou e que permaneceriam como testemunho, contrastando com as “tantíssimas” aulas que deu, condenadas ao esquecimento. Darcy seria lembrado por suas obras – ou “fazimentos”, como gostava de chamá-las – e não por sua atuação acadêmica.³ Isso, porém, não o deixava confortável.

A despeito de definir-se como homem de ação, lamentava não ser reconhecido como intelectual e homem de ideias: “Temo muito ser recordado no futuro mais por meus empreendimentos que por minhas ideias, o que será uma injustiça” (Ribeiro, 1997, p.521). Nesse trecho, escrito em 1996, quando a proximidade da morte o motivara a escrever suas *Confissões* – última oportunidade de se definir –, evidencia-se a preocupação com a forma como seria lembrado. Mais do que isso, Darcy expressava o sentimento de impotência quanto à memória que seu nome evocaria quando não mais pudesse assumir o protagonismo da interpretação de si.

Para o lamentado esquecimento como ideólogo contribuiria, sem dúvida, o fato de não ter formado seguidores no campo acadêmico, do qual tinha plena consciência. Ainda que não o explicita em seus textos, ao referir-se à competência e originalidade de grandes nomes das ciências sociais e ao fato de não terem deixado discípulos, parece fundar um seleto grupo de pensadores únicos, cuja independência intelectual estaria associada à impossibilidade de multiplicar-se. Tal grupo, ao qual ele tacitamente parecia filiar-se, é composto por Roquette Pinto, Curt Nimuendajú, Artur Ramos, Gilberto Freyre, Manuel Bonfim, Capistrano de Abreu e Josué de Castro.⁴ O único cientista social brasileiro que deixou discípulos e mereceu a deferência de Darcy em seus livros de memórias foi Florestan Fernandes, contemporâneo e militante esquerdista como ele, cuja reconstituição do viver tupinambá Darcy admirava. Seus maiores elogios foram endereçados, porém, a Gilberto Freyre, o único cientista social moderno, no Brasil, que o teria empolgado e cuja característica mais admirável seria, justamente, a independência, o “rechaço a pais teóricos” (Ribeiro, 2001, p.36).

A preocupação com a permanência ganha, portanto, em Darcy, contornos complexos: como garantir que a sua memória fosse preservada fazendo jus a sua trajetória, se não tivera filhos nem deixava discípulos? Como garantir que fosse lembrado, pelas gerações

vindouras, como homem de ideias e ação? Movido por essas questões, ao mesmo tempo que escrevia suas memórias e tocava seus últimos projetos, deu início ao fazimento, cuja missão precípua era fazer-se permanecer.

O ideal institucional de ser Darcy

Apesar de oficialmente instituída por escritura de 11 de janeiro de 1996, a Fundação Darcy Ribeiro tem história que começa alguns anos antes, como atestam documentos do arquivo pessoal de seu instituidor, datados de 1993.⁵ Em minuta de estatuto, a Fundar é definida como “instituição cultural devotada ao estudo e ação nas áreas da educação, da ciência e da cultura, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos”, sendo seu patrimônio constituído pela propriedade dos direitos autorais das obras científicas e literárias de Darcy Ribeiro, como também por bens que ele ou outras pessoas viessem a destinar-lhe, por meio de doação.

As finalidades da instituição, arroladas no documento e mantidas, de maneira geral, em versões posteriores, concentram-se na execução de projetos que visem aos seguintes objetivos: solidariedade aos povos indígenas e caboclos brasileiros; defesa da Amazônia e do Pantanal, “como os grandes jardins da Terra”; preservação do Parque Indígena do Xingu e do Museu do Índio; desenvolvimento e aprimoramento artístico do país; planejamento e implantação de novas universidades e reforma das existentes; renovação da rede pública de ensino de primeiro e segundo graus; treinamento de pessoal docente, elaboração de currículos e edição de material didático; produção de filmes educativos para escolas de primeiro e segundo graus; promoção de ensino a distância com recursos multimídia; e reedição das obras de Darcy Ribeiro. Seu arquivo pessoal não figura no documento, deixando entrever que, ao ser concebida a Fundar, nela não havia lugar para o legado documental. O projeto institucional parecia estar centrado, de fato, na continuidade do seu legado político-ideológico, como bem atesta um documento do arquivo, sem data, mas certamente posterior a 1995:

Quando me sugeriram criar uma Fundação com meu nome, a ideia me deu medo de estar fazendo nascer mais uma instituição vetusta: Fundação Getulio Vargas, Fundação Roberto Marinho. A minha seria uma pobre fundaçãozinha Zé da Silva, sem poder e sem dinheiro para crescer e florescer. ...

Acabei caindo em mim de que precisava mesmo criar a tal Fundação Darcy Ribeiro – FUNDAR. Tenho mesmo que transferir a alguém ou a alguma instituição tarefas que, bem ou mal, eu venho cumprindo a vida inteira e que, sem mim aí para cuidar delas, ficariam aos azares do acaso.

Se os objetivos institucionais arrolados na minuta do estatuto de 1993 permanecem em documentos posteriores, o mesmo não se pode dizer do patrimônio da Fundar e de sua sede. No conjunto de minutas posteriores àquele ano mas anteriores à forma final, de 1996, constata-se uma ampliação do patrimônio, que passou a abarcar, além dos direitos autorais das obras de Darcy, sua biblioteca, objetos de arte e móveis. A inclusão, no patrimônio, dos direitos autorais das obras de sua primeira mulher, a antropóloga Berta Gleiser Ribeiro, bem como de sua biblioteca e outros bens móveis, é feita à mão em uma

das versões do estatuto, indicando que a ideia de que a instituição abrigasse o acervo dos dois foi consolidada com o tempo. A menção explícita aos arquivos de Darcy e Berta Ribeiro, a serem instalados na sede da Fundação “para uso acadêmico”, aparece pela primeira vez em uma das minutas de 1995, na qual também figura, como sede da instituição, o Solar da Baronesa, em Campos (RJ), que lhe seria destinada pela Fundação Mantenedora da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Fenorte). Na cidade do Rio de Janeiro, haveria, conforme consta em algumas minutas, uma representação, ou, segundo outras, uma sede, na rua Bolívar, no endereço residencial de Darcy Ribeiro.

Chama a atenção o fato de o arquivo pessoal de Darcy Ribeiro não ter lugar de destaque nos primórdios do projeto institucional. Segundo Cláudia Zarvos, sua segunda mulher, Darcy não vislumbrava no arquivo ‘um valor em si’, ou um patrimônio que pudesse interessar à posteridade – ao contrário de sua biblioteca, que a seus olhos tinha grande importância, tanto pelos títulos que reunia quanto pela possibilidade de fornecer a chave para compreendê-lo como intelectual. Com base em seus 20 mil livros seria possível reconstituir os caminhos de sua formação, e, com as dedicatórias presentes em inúmeros volumes, tecer a rede de seus contatos acadêmicos. Segundo Cláudia, essa perspectiva explicaria o desejo de Darcy, várias vezes declarado, de que a biblioteca não fosse

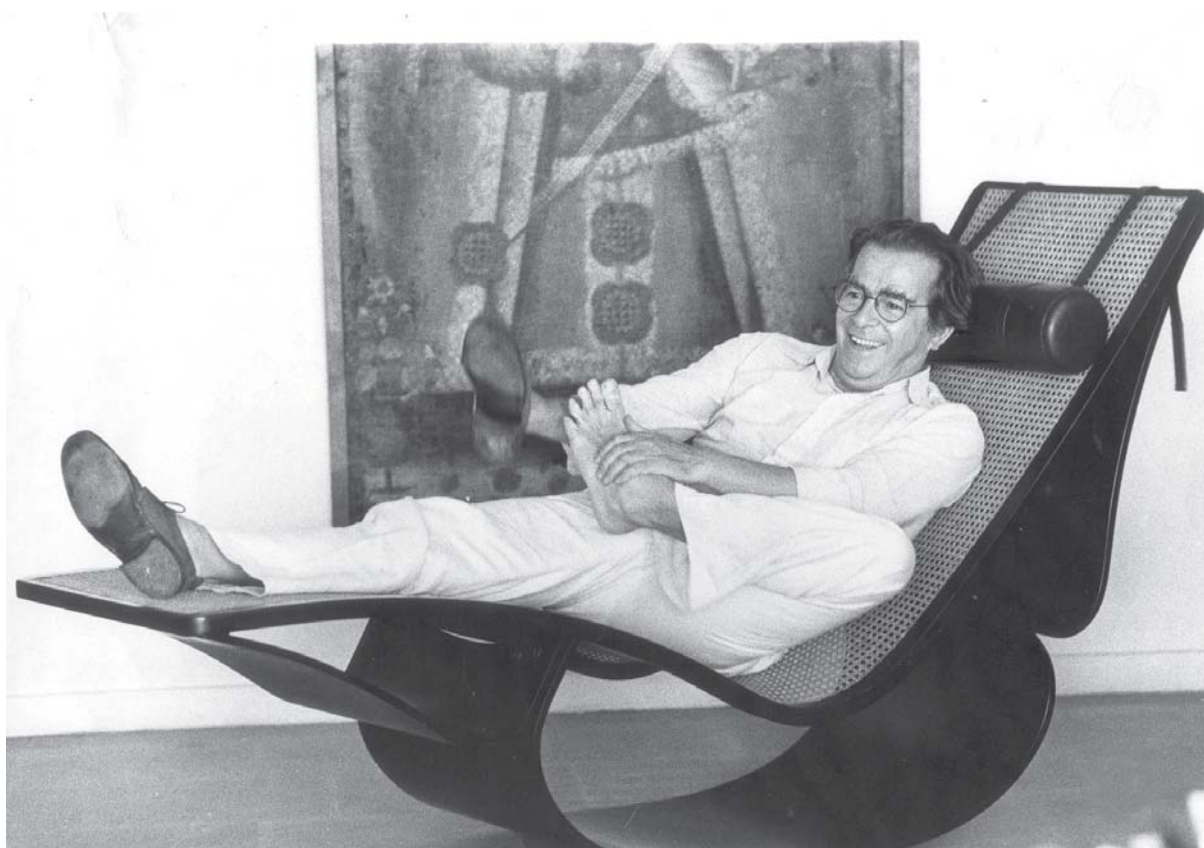


Imagem 2: Darcy Ribeiro em cadeira desenhada por Oscar Niemeyer; data provável, 1980/1989. Arquivo Darcy Ribeiro (Fundar)

desmembrada após sua morte.⁶ Mais que isso: enquanto organizava a Fundar, identificou lacunas em sua biblioteca e providenciou a compra dos volumes que a completariam. Em seu arquivo constam, ao menos, duas listagens de livros “para a Biblioteca Darcy Ribeiro”, uma com 112 títulos – a maioria relativa à história do Brasil – e outra bem maior, enviada pela Livraria Walter A. Cunha, com alguns milhares de volumes, incluindo algumas coleções – Brasileira, Documentos Brasileiros, Reconquista do Brasil e outras de dezenas de importantes escritores nacionais, entre os quais Machado de Assis, José de Alencar e Érico Veríssimo. Não foi possível saber se as obras chegaram a ser encomendadas total ou parcialmente. Cabe sublinhar, porém, a preocupação de Darcy: no momento em que sua biblioteca pudesse ser consultada, todos os livros que ele considerava importantes deveriam estar disponíveis.

Pode-se imaginar que tal ideal de completude tenha sido perseguido para que a biblioteca tornasse inteligíveis as bases sobre as quais Darcy construiu sua teoria do desenvolvimento humano e, dentro dela, sua explicação para a “aventura do fazimento do Brasil no tempo e no espaço” (Ribeiro, 1997, p.507). À exaustividade de sua teoria deveria corresponder, também, a exaustividade de suas referências intelectuais. Nesse sentido, os livros deveriam cobrir com largueza os temas da sociologia, ciência política, economia, história mundial, literatura e, sobretudo, do pensamento social brasileiro e da história do Brasil. Para representar de forma condizente seu pensamento, a Biblioteca Darcy Ribeiro deveria ser exaustiva.

O gesto de procurar completar sua biblioteca de modo a fazê-la espelho da imagem que ele procurava refletir constitui um primeiro elemento de reflexão sobre a dimensão construída dos legados. Pois se a ideia de biblioteca pessoal remete, exatamente, ao acúmulo gradual e paulatino de obras que correspondem a interesses manifestos ao longo da trajetória do indivíduo, permitindo entrever-lhe o percurso intelectual, aqui se assiste a um esforço de representação desse mesmo percurso. Esse movimento é coerente com o desejo de Darcy de ser lembrado por suas ideias e não apenas por suas obras ‘edificadas’, além de sugerir uma expectativa de reconhecimento futuro do valor de sua contribuição intelectual.

Não se trata de considerar a biblioteca de Darcy ‘falsificação’ ou de lhe atribuir o qualificativo de não autêntica, para usar categoria frequentemente associada aos discursos do patrimônio, analisada por Gonçalves (2007) ao investigar projetos em disputa pela legitimidade de falar em nome da melhor representação – vale dizer, a representação mais ‘autêntica’ – da identidade e memória da coletividade. Não é minha intenção filiar-me a essa modalidade de debate. Mais conveniente, me parece, é acatar a sugestão do autor de deslocar o foco da oposição autêntico/inautêntico e considerar a dimensão ‘construída’ dos patrimônios culturais. Nesse sentido, mais interessante do que pensar em termos de autenticidade, é perceber que os ‘patrimônios documentais’ (sejam acúmulos de natureza pessoal ou coletiva) resultam sempre de processos sociais em que a memória e o passado são objetivados em acervos, aos quais é atribuída a capacidade de representá-los.

Voltando aos documentos do arquivo de Darcy Ribeiro, percebe-se que a história da criação da Fundar não se encerrou com a assinatura da escritura pública, em 11 de janeiro de 1996. O documento permite entrever a indefinição sobre a sede da instituição, questão que ocupará Darcy até sua morte. Ainda que mantenha os objetivos previstos na minuta de 1995, o documento definitivo não menciona o convênio com a Uenf. Consta, dessa

feita: “a Fundação terá como núcleo (base) principal de trabalho a área que lhe é destinada por Universidade Pública a ser definida pelo Presidente, onde se instalarão, para uso acadêmico a Biblioteca Darcy Ribeiro, seus arquivos e os de Berta Gleiser Ribeiro”.

Teve início, nesse período, a negociação entre Darcy e o então reitor da UnB, João Cláudio Todorov, visando à instalação da Fundar no *campus* daquela universidade. Em carta de 22 de março de 1996, Darcy fornece informações à Reitoria e ao Conselho Diretor no intuito de dar “um passo mais na conversação”, detalha o projeto arquitetônico para a Fundação, de autoria de João Filgueiras Lima⁷, e afirma seu desejo de que a UnB, instituição a qual se declara “fortemente vinculado”, acolha a Fundar destinando-lhe uma área e ajudando em sua construção e manutenção.

A questão estava longe, porém, de solução definitiva. Darcy morreu em fevereiro de 1997 sem ver concretizada a instituição que levaria seu nome e que, embora existisse de direito, não tinha ainda definido seu local de instalação e não havia iniciado suas atividades. Com sua morte, seus colaboradores assumiram como sede da instituição o apartamento da rua Bolívar; dois anos depois, com recursos de direitos autorais de edições estrangeiras dos livros de Darcy Ribeiro, adquiriram uma casa no bairro carioca de Santa Teresa, em que a Fundar foi efetivamente instalada. Dezenas de caixas com os documentos do antropólogo – provenientes de sua casa de praia, do sítio em Maricá, do apartamento de Copacabana, do apartamento de Berta Ribeiro, do gabinete senatorial e de sua cidade natal, Montes Claros – repousaram durante vários meses no sótão dessa casa enquanto aguardavam tratamento técnico.

O arquivo utópico de Darcy Ribeiro

Meu contato com o arquivo deu-se antes de imaginá-lo como objeto de reflexões acadêmicas.⁸ No segundo semestre de 1999, representantes da Fundar procuraram o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Fundação Getúlio Vargas, com o objetivo de firmar convênio para o tratamento do arquivo. O contato resultou na elaboração de projeto que previa a contratação, por 18 meses, de dois pesquisadores do Centro e quatro estagiários, com o objetivo de identificar e organizar o acervo, estimado em algumas dezenas de milhares de documentos. Coube a mim coordenar esse trabalho, iniciado em agosto de 2000.

Conforme mencionado, Darcy Ribeiro, a princípio, não considerava seus documentos um acervo dotado de ‘valor em si’, e não há registros de preocupação, por parte dele, com a passagem de seu arquivo para o espaço público, ao contrário do que ocorreu com a biblioteca. O interesse expresso por pesquisadores de diversas áreas em consultar a documentação, porém, logo evidenciou o capital simbólico associado ao arquivo, e os dirigentes da Fundar perceberam que, por seu intermédio, seria possível aumentar o capital da própria instituição e aproximá-la da comunidade acadêmica, retomando a conexão perdida com a morte de seu instituidor.⁹

A abertura das caixas e a identificação preliminar dos cerca de 60 mil documentos do arquivo demonstraram a riqueza da documentação, tanto do ponto de vista da abrangência cronológica quanto da variedade temática: os documentos vão do início dos anos 1940 a

1997, mas predominam aqueles datados das décadas de 1980 e 1990. Cabe, a esta altura, uma breve notícia sobre o conteúdo do acervo, de modo a facultar ao leitor uma visão mais precisa dele, antes da análise de sua ‘construção’.

O número de caixas indicava um volume documental bastante expressivo, mas, muitas vezes, por serem função da atividade acumuladora desempenhada pelo titular ou por terceiros, ou seja, por dependerem, por um lado, da “vontade de guardar” (Vianna, Lissovsky, Sá, 1986) e, por outro, terem passado por processos de expurgo ou perda acidental, os arquivos pessoais não retratam de maneira satisfatória e do ponto de vista da pesquisa histórica a trajetória de seu titular. Muitas vezes ocorre concentração documental sobre um período de atuação ou uma das dimensões da experiência de vida (a pública ou a privada), quando não acontece de o arquivo, simplesmente, ser inexpressivo.

No caso do arquivo de Darcy Ribeiro, a multiplicidade de campos de atuação que caracterizou sua trajetória está refletida nos documentos, ainda que a distribuição do volume documental pelos assuntos e períodos seja bastante desigual. Nos arquivos de homens públicos, é comum a concentração de documentos nos períodos de exercício de mandatos, já que a presença de secretárias e assessores garante, em geral, acumulação mais sistemática de registros. Pesa, ainda, para esse acúmulo, a importância de manter documentos probatórios da atuação dos titulares. Seguindo a regra, o exercício de cargos públicos por Darcy – como vice-governador e secretário de Ciência e Cultura, no primeiro governo Leonel Brizola; como secretário estadual de Projetos Especiais, no segundo governo Brizola; e como senador da República – produziu grande volume de documentos. Toda a gestão do 1º Programa Especial de Educação (PEE), de implantação dos CIEPs no Estado do Rio de Janeiro, está muito bem documentada, assim como a retomada do programa, no segundo governo. No período do Senado, merece menção a documentação relativa à LDB e à publicação dos 16 números da revista *Carta: Falas, Reflexões, Memórias*, informe de distribuição restrita que Darcy editou aproveitando o acesso à gráfica do Senado Federal.

Já os cargos de ministro da Educação e de chefe da Casa Civil, ambos no governo João Goulart, encontram-se pouco documentados. Há que considerar, nesse caso, o curto período em que ocupou os dois postos, de agosto de 1962 a janeiro de 1963, e desta data até o golpe militar de março de 1964, respectivamente. Essa, contudo, não é a única explicação para a parca documentação do período. Ao sair do Brasil, após o golpe, todos os documentos de Darcy, incluídos os que ele recolheu ao deixar Brasília, foram enviados para Montes Claros. Lá ficaram guardados em condições bastante precárias, e muitos se deterioraram irremediavelmente.

O arquivo registra, também, grande parte da trajetória profissional de Darcy, com documentos que remontam à época em que ingressou nos quadros do SPI, incluindo os diários de campo de suas expedições a grupos indígenas. Reúne ainda grande volume de cartas do período do exílio, bem como vasta correspondência com intelectuais nacionais e estrangeiros, amigos, suas duas mulheres e sua mãe, dona Fininha.

Os originais de praticamente todas as obras de Darcy lá se encontram, além de trabalhos de terceiros a ele encaminhados para que redigisse prefácios, para que fossem incluídos em eventos que organizava ou simplesmente para seus comentários. Não só o processo de

Luciana Quillet Heymann



Imagens 3 e 4: Fundação Darcy Ribeiro, na cidade do Rio de Janeiro, 2005 (Fundar)

produção de seus textos pode ser observado nas várias versões que integram o arquivo, mas também as negociações com as diversas editoras que os publicaram, no Brasil e no exterior.

Há, decerto, documentos de natureza eminentemente pessoal, tais como certidões, diplomas, títulos honoríficos, documentos médicos e bancários, escrituras de imóveis, agendas e cadernos de anotações pessoais. Também se encontram registros de sua militância partidária no PDT e das campanhas eleitorais em que esteve envolvido, sempre por esse partido, de 1982 a 1994, mas não do período em que militou no Partido Comunista, nos anos 1940.

A identificação do material foi auxiliada por algumas listagens que indicavam a origem das diferentes parcelas que compunham a documentação e os conteúdos de várias caixas. Essas listas, elaboradas em diferentes padrões, indicavam que a documentação ali reunida tinha diversas procedências e que fora inventariada por pessoas distintas, a partir de critérios impressionistas – nem mesmo os conjuntos documentais de mesma origem estavam organizados numa lógica única de classificação.

As listas forneciam apenas uma indicação genérica do conteúdo das caixas, cuja abertura, no entanto, revelou a ausência de alguns documentos relacionados e uma desigualdade entre os conteúdos das pastas: em algumas havia dezenas de documentos; em outras, apenas um. Essa característica foi compreendida tempos depois, quando nossa abordagem do arquivo havia deixado de ser técnica e, por força da pesquisa acadêmica, havia assumido uma perspectiva etnográfica. Apesar de pouco confiáveis quanto à descrição do conteúdo das caixas, as listas forneceram indicações interessantes com relação às várias interferências presentes na constituição do arquivo de Darcy. A mais antiga deve-se a sua primeira mulher, Berta Ribeiro, etnóloga especializada em cultura material indígena e responsável por organizar a correspondência do marido em pastas, nas quais escrevia a lápis o nome do correspondente, o país de onde vinha a carta ou a instituição que a havia encaminhado, e de acordo com critérios próprios estabelecia a classificação pessoal, institucional ou geográfica da correspondência. Nos documentos provenientes de Maricá, por exemplo, algumas pastas continham a indicação “organizado por Berta”.

Berta e Darcy ficaram casados de 1948 a 1975 e durante todo esse tempo, de acordo com vários depoimentos, ela foi uma colaboradora dedicada e discreta, auxiliando o marido em suas pesquisas e criando as condições para que ele levasse adiante seus projetos.¹⁰ Além de secretariá-lo, foi responsável pela organização de seus papéis, e mesmo depois de separados teria continuado a guardar documentos que a ele diziam respeito, como reportagens e entrevistas.

Fato curioso diz respeito à edição de *Diários índios*, em 1996. Berta havia guardado todas as cartas que Darcy lhe enviara, entre 1949 e 1951, quando ele fez duas expedições para aldeias dos índios Urubu-Kaapor. Além disso, os cadernos de campo que Darcy escreveu durante essas viagens e que lhe eram enviados para que, no Rio, ela os datilografasse, também haviam sido preservados. O livro foi o resultado da edição dos cadernos e das cartas, material mantido por Berta por mais de quarenta anos. Nesse caso, documentos que ela guardara – e que, portanto, integravam seu arquivo pessoal – possibilitaram a publicação do livro de Darcy, sendo posteriormente incorporados ao arquivo dele. Tal incorporação reflete uma postura pouco cuidadosa com relação à proveniência dos documentos, como tive a oportunidade de assinalar (Heymann, 2005). Contrariamente

ao que preconizaria a disciplina arquivística, entre os dirigentes da Fundar prevaleceu a visão de que, por refletirem atividades desenvolvidas por Darcy, aqueles documentos deveriam integrar o seu arquivo e não o de Berta.

O papel de Berta Ribeiro na construção da memória documental de Darcy, nesse sentido, não foi desprezível. Presente na organização dos documentos guardados pelo titular que datam do período da vida em comum, presente como guardiã de documentos que vieram de sua casa quando da reunião do arquivo Darcy Ribeiro, já sob a égide da Fundar, Berta foi também guardiã de uma memória comum que, vinte anos após a separação do casal, tomou a forma de um livro que recuperava a experiência de Darcy entre os índios. É possível que, na época da entrega desse material, ela já soubesse do propósito de Darcy, de preservar os arquivos de ambos na Fundar, o que significava que, para a posteridade, documentos e trajetórias que se haviam separado seriam, de certa forma, outra vez reunidos.

A interferência de Berta também é perceptível pela ausência: os documentos minguem entre 1976 e 1982, ou seja, entre a época da separação do casal e o período em que Darcy assumiu a vice-governadoria do estado do Rio de Janeiro. Essa rarefação, que coincide com o retorno de Darcy do exílio, é indicativa da importância de pessoas que o assessoravam na tarefa de constituição de ‘sua’ memória documental.

A partir do momento em que ele retornou à vida pública, a constituição de seu arquivo seguiu outro padrão e outra lógica, ditados, em parte, pelo tipo de documentação que passou a se acumular em seu gabinete. Ofícios, editais, formulários, plantas arquitetônicas e processos administrativos relativos à implantação do PEE, à construção do Sambódromo e à criação da Casa França-Brasil, por exemplo, foram acumulados no período em que Darcy atuou como vice-governador e secretário de estado do governo Leonel Brizola.

Além das características tipológicas, a documentação que registra a passagem de Darcy Ribeiro por cargos públicos traz ainda a marca de outras interferências, especialmente no período em que sua atuação no Senado coincidiu com o segundo governo Brizola, obrigando-o a dividir seu tempo entre Rio de Janeiro e Brasília. Uma intensa correspondência entre sua chefia de gabinete no Senado e suas secretárias no Rio reflete essa dupla atuação. Seu arquivo contém essa correspondência, em geral pequenos bilhetes escritos à mão que dão conta das tarefas realizadas pelos dois lados do *staff* e informam sobre compromissos da agenda do titular. A correspondência também evidencia que a gestão do papelório, nessa fase, era tarefa das secretárias. Isso não chega a constituir uma especificidade do fundo Darcy Ribeiro. O processo de seleção e ordenamento dos documentos é, muitas vezes, um empreendimento coletivo, sobretudo no caso de homens públicos, o que nos faz refletir sobre um senso comum que associa, de forma imediata, arquivo pessoal e memória pessoal. Em geral, tais arquivos resultam de processos de acumulação pautados por diversas subjetividades, expressas tanto na seleção dos documentos a preservar como em sucessivas avaliações, descartes e ordenamentos dos papéis. A maior ou menor interferência do titular só se torna apreensível mediante uma investigação interessada em sua relação com o arquivo e nas práticas que o constituíram.

Na pesquisa sobre o arquivo de Darcy Ribeiro, Elyan DellaPeruta e Gisele Moreira foram informantes preciosas. A primeira foi chefe de secretaria no gabinete de Darcy Ribeiro na vice-governadoria, voltou a trabalhar com ele na implantação da Uenf e, finalmente, foi

absorvida pelo gabinete senatorial, como responsável pelo escritório do Rio de Janeiro, que funcionava na residência da rua Bolívar. Nessa fase, atuou como secretária particular do senador. Seu relato esclarece a distinção entre os conjuntos documentais que hoje se encontram reunidos no arquivo Darcy Ribeiro:

Era difícil tentar organizar esse material todo que circulava pelo gabinete. Os assuntos que eram pertinentes ao gabinete eram arquivados lá, e os assuntos que eram pertinentes mais à área política ficavam na casa dele. Ele tinha um escritório em Copacabana. Depois, havia esses arquivos que eram políticos, de teor político, ou particular – porque ele tinha correspondência com o Mitterrand, com intelectuais, como o Gabriel Garcia Márquez –, tudo isso também ia para a residência dele, porque era coisa privada. E livros; toda a parte de editora, de textos, isso ficava na casa dele. ... No gabinete ficava mesmo a coisa burocrática: de CIEPs; de universidades, a Uenf, que ele estava fundando; o Sambódromo, que ele criou; a Biblioteca Pública; o Zumbi dos Palmares. Enfim, tudo isso ficava no gabinete (Dellaperuta, 9 maio 2008).

A presença de toda essa documentação no arquivo privado de Darcy Ribeiro ilumina, hoje, a antiga questão da privatização de documentos de natureza pública, por parte de titulares de cargos políticos e administrativos, já que a documentação acumulada e ordenada no gabinete – ou parte dela – acabou transferida para a residência de Darcy. Antes, em que pese a complexidade da tarefa, tentava-se estabelecer a distinção entre esses dois domínios. Porém, ainda que, na Fundar, o arranjo adotado para o arquivo tenha contemplado séries específicas para a documentação relativa ao exercício dos cargos públicos, a divisão original, entre ‘arquivo do gabinete’ e ‘arquivo de casa’, desapareceu. Hoje, conjuntos absolutamente diferenciados de registros, organizados segundo lógicas que remetem a universos diferentes e reunidos sob a designação englobante Fundo Darcy Ribeiro, compõem seu arquivo pessoal.

Assim, além do fato de haver padrões de acumulação que variam no tempo – a indicar temporalidades distintas na composição do arquivo pessoal – e da possibilidade de diversas subjetividades atuarem na seleção e guarda dos documentos, processos de arquivamento que ocorrem sincronicamente podem obedecer a diferentes critérios e lógicas, de acordo com os espaços em que acontecem. De certa maneira, no entanto, essa pluralidade de tempos, dinâmicas e agentes que conformam o arquivo fica obscurecida, ‘perdendo-se’ as contingências próprias da constituição dos conjuntos documentais. Recuperar essas dinâmicas por meio de uma etnografia do processo de construção do arquivo equivale a restituir sua própria historicidade.

O testemunho de Elyan Dellaperuta permite-nos perscrutar a relação do titular com seus documentos e ressignificar as características dessa documentação. Vale a pena voltar a seu relato, para entender a lógica que orientou a seleção e guarda dos papéis de Darcy: “Eventualmente, coisas assim, de suma importância para ele, ele dizia como guardar. Por exemplo, já desde mil e novecentos e oitenta e alguma coisa, ele tinha essa coisa da Universidade da Paz. Interessante que ele era um visionário. Ninguém falava nisso, e ele já falava em 1983 ou 84. Ele dizia: ‘Olha, isso é muito importante. Isso aqui eu quero arquivar. Abra um arquivo da Universidade da Paz’” (Dellaperuta, 9 maio 2008).¹¹

O depoimento de Gisele Jacón de Araújo Moreira – antropóloga, assessora técnica no Senado e secretária particular de Darcy – também ajuda a compreender a lógica de

arquivamento da documentação, delegado a suas secretárias mas orientado, em larga medida, pelo titular, no que concernia a temas e projetos que lhe poderiam interessar futuramente.

Ele tinha uma relação muito sistemática, no sentido de exigir que se guardasse tudo, que se organizasse. Ficava muito furioso quando não achavam as coisas que queria. E ele tinha uma ordem, de qualquer forma, na cabeça dele. Então, chegava um papel ou alguma coisa que interessava, por exemplo, para os artigos que escrevia na *Folha de S. Paulo*, ele então falava: “Guarda isso na pasta X”. Ou: “Põe isso na pasta tal... Eu vou pedir”. “Abre uma pasta com o nome de tal projeto”. Mesmo que depois ele não lembrasse exatamente, sabia que tinha mandado guardar e tinha que estar. ... Na casa dele era o arquivo principal, aquele de uso mais cotidiano: para as obras, de contato com os amigos e com algumas instituições (Moreira, 29 abr. 2008).

Os depoimentos de suas colaboradoras ajudam a compor o contexto de acumulação de uma parcela dos documentos do arquivo, ao apontar formas de o titular pensar sua própria atuação. Essa perspectiva não informou a constituição do arquivo como um todo: no período em que Berta se ocupava dos documentos, a impressão é de que o fazia com grande autonomia, ao passo que a documentação produzida nos gabinetes certamente seguiu uma lógica burocrática de arquivamento e sem interferência direta do titular.

Os mesmos depoimentos também nos ajudam a compreender a relação de Darcy com o que ele considerava de fato ‘seu’ arquivo, nos últimos 15 anos de vida, e explicam as pastas vazias ou com apenas um documento, ostentando o nome de um projeto, já mencionadas. Com relação a essa parcela da documentação, o que se observa é um padrão distante daquele associado ao acúmulo progressivo e natural de registros que remetem às experiências de vida e ao desempenho de atividades. Alguns documentos atestam apenas a intenção do titular em guardá-los e a ideia de que poderiam ser úteis no futuro. Esta é a ação que eles ‘atestam’: não um desejo de memorizar a própria vida (McKemmish, 1996), mas sim uma determinada forma de projetá-la. Por meio das entrevistas, dos documentos desconectados, fragmentários, guardados em pastas que pareciam ter sido esquecidas, raquíticas em relação a outros conjuntos documentais, e ‘desprezados’ pelo olhar do arquivista interessado em contextos e em registros da atuação do titular, ganharam novo sentido.

O desejo de intervir – que aparece como traço marcante de sua personalidade em seus relatos sobre si, nos depoimentos daqueles que lhe foram próximos e nas análises acadêmicas que o tomaram como objeto – parece ter sido alimentado pelas experiências bem-sucedidas que acumulou em seu retorno ao cenário político, nos anos 1980, reforçando sua crença na capacidade de realizar.¹² Essa autoimagem, por sua vez, parece ter alimentado seu arquivo com prospectos, projetos, registros de ideias e experiências que lhe pareciam interessantes ou sugestivos e que, por isso, eram avaliados como dignos de ser guardados para o futuro, para inspirar realizações vindouras, como sugere Gisele ao lembrar das palavras de Darcy, ao manusear alguma coisa que tivesse despertado seu interesse: “Abre uma pasta com o nome de tal projeto”.

Nesse sentido, é possível afirmar que o arquivo, para Darcy Ribeiro, era de fato um repositório de ideias às quais ele queria ter acesso a qualquer momento. Sobretudo nos últimos anos, quando a urgência na realização de suas ‘utopias’ aumentou, com a perspectiva da doença e da morte, o arquivo parece ter ganhado importância como instrumento de

trabalho capaz de municia-lo em seus empreendimentos. O arquivo tinha, portanto, uma dimensão prospectiva, estando mais próximo, nesse particular, da imagem de agenda aberta do que de arquivo.

A etnografia do processo de constituição do acervo revela, assim, um uso distinto daquele classicamente associado à guarda de papéis por um indivíduo. Nem registro do vivido nem prova de ação, os papéis acumulados por Darcy – ou, ao menos, uma parcela deles – se afas-tam da representação tradicional do arquivo-memória e assemelham-se mais ao que se poderia designar arquivo-projeto. Ganha sentido, dessa perspectiva, o fato de Darcy ter vislumbrado só tardiamente e próximo à morte o ‘valor histórico’ de seus documentos, embora sua biblioteca fosse investida desse atributo desde muito antes. O usuário do arquivo, para Darcy, era ele próprio, e algumas classificações encontradas na ocasião da abertura das caixas espelhavam os usos projetados pelo titular para aqueles registros. Nas palavras de Gisele Moreira (29 abr. 2008): “Com certeza era um arquivo feito... ‘Olha, abre uma pasta para isso, para esse projeto’ – e aquele projeto nunca saiu daquela folhinha, então ficou lá. Ou: ‘Abre uma pasta para fulano’, e a relação não deu frutos. Certamente isso aconteceu. Porque ele era ocasional, ou seja, era um arquivo feito antes, não depois, não é? ... E era para uso dele”.

A acumulação documental ditada pela intenção de alguma intervenção futura remete, por outro lado, à representação de Darcy como ‘missionário’ de determinadas causas. Essa acumulação era pautada pela gama de interesses que caracterizaram sua atuação pública e impulsionada pela necessidade de alimentar a imagem de homem múltiplo e empreendedor, cuja ação se deveria revestir, sempre, de uma dimensão inaugural. Darcy acumulava documentos capazes de alimentar seu ideal de si mesmo e de contribuir para a realização de suas utopias. O sentido último dessa acumulação pode ser encontrado na visão de si, que ele tão bem e tantas vezes expressou: “Vivo e trabalho urgido por um nervo ético, movido por um furor criativo, e ativado por tal ambição de fazimento que não tenho sossego. Esta minha servidão cansa muito, é verdade, mas dá uma satisfação que nenhum lazer supera” (Ribeiro, 2001, p.236).

A Fundar depois de Darcy e os novos usos do arquivo

Os contatos com a UnB para a instalação, em seu *campus*, da Fundar foram suspensos com a morte de Darcy, mas a ideia permaneceu, a julgar pelo depoimento de Paulo Ribeiro (27 maio 2008, 13 fev. 2009), sobrinho de Darcy e atual presidente da Fundação:

O sonho era a UnB. Ele conversou, na época do Todorov, conversou muito. ... A desculpa foi que... Porque Darcy queria que a Fundação fosse privada. ... não ficasse no ritmo da Universidade, por causa da burocracia, da deficiência, da dificuldade que a universidade tem de transformar seu conhecimento em ação prática. Ele pensou o tempo todo em uma fundação que fosse de intervenção social, para criar política pública que ajudaria o Estado e os municípios todos a se desenvolver Espero que algum dia caia a ficha e a UnB sente para negociar novamente, porque estamos abertos.¹³

Em meados de 2009, o reitor da UnB José Geraldo de Souza Junior e Paulo Ribeiro selaram o compromisso de transferir o arquivo, a biblioteca e as obras de arte de Darcy

para um prédio a ser construído no *campus* conforme o projeto arquitetônico de José Filgueiras Lima, ao passo que os projetos de intervenção e a parte administrativa da Fundar permaneceriam no Rio de Janeiro. Orçada inicialmente em R\$4 milhões, a obra faria parte das comemorações pelo cinquentenário de Brasília, em 2010, e da UnB, em 2012.

A declaração do antigo reitor da Universidade, Roberto Aguiar, em 2009, explicita algumas questões em jogo nessa transferência: “Trazer o Darcy para cá é trazer de volta o espírito original da Universidade. A UnB passou por uma crise e, agora, seus caminhos estão sendo retomados. Esse é o momento de recuperar a ousadia, e é isso que a nossa união com a Fundação Darcy Ribeiro ... vai propiciar” (Vasconcelos, 2 abr. 2009).¹⁴

Em 1996 Darcy buscou insistentemente o apoio da Reitoria da UnB para instalar sua fundação no *campus* dessa universidade, procurando agregar a seu projeto o capital material e simbólico da UnB. Mais de dez anos depois tem-se a impressão de que os dirigentes da Universidade veem, na transferência do acervo, a possibilidade de agregar o capital simbólico de Darcy – associado ao “espírito original da Universidade”, à “ousadia”, à “utopia” –, à imagem da UnB. Darcy Ribeiro é qualificado como ‘reserva moral’, cujo ‘legado’, materializado pelo acervo, seria capaz de contribuir para regenerar a imagem da Universidade. Por outro lado, por constituir parceria entre a UnB e a Fundar – legatária que transfere fisicamente seu legado para concretizar o sonho de seu instituidor, mas mantém a propriedade sobre o acervo e o poder de decisão sobre iniciativas que o tomem como objeto –, esse processo abre à Fundação a oportunidade de ampliar suas conexões, ganhar visibilidade e alavancar projetos junto à Universidade.

Além dessa parceria, Paulo Ribeiro tem buscado diversificar os projetos da instituição dentro do vasto campo de intervenção abarcado por Darcy. Para tanto, recorre aos documentos do tio, deixando entrever novo uso para o arquivo: de conjunto documental de natureza histórica, disponível à consulta de pesquisadores interessados na trajetória do titular, o arquivo parece ter assumido funções geralmente atribuídas a arquivos correntes, utilizados para subsidiar ações e políticas da entidade produtora. No caso, evidentemente, o arquivo não está servindo ao próprio Darcy, mas sim à entidade e aos agentes encarregados de substituí-lo. Em sua entrevista, Paulo Ribeiro (27 maio 2008, 13 fev. 2009) afirmou: “Eu voltei para cá e comecei a ler as coisas. Cadê os outros projetos?”

Assim, os documentos do arquivo pessoal de Darcy têm sido consultados para que a Fundar diversifique sua oferta de projetos de intervenção. Têm servido, também, para alimentar projetos editoriais, a exemplo da proposta de publicação de 18 novos livros, 12 de Darcy e seis de Berta Ribeiro, com base no material dos acervos. Alguns são projetos editoriais do próprio titular, como a coleção *Os Cronistas Franceses*, que reúne textos de viajantes dos séculos XVI e XVII. A coleção, cujos originais se encontram no arquivo, começou a ser organizada nos anos 1980, e após diversas tentativas frustradas teve seu primeiro volume publicado em 2009.¹⁵ Mais interessantes, porém, são as propostas de publicação de coletâneas de documentos: aulas, cartas do exílio, prefácios de inúmeras publicações, palestras e artigos e, finalmente, diários de campo que ainda permanecem inéditos.

O arquivo, ausente nos primeiros esboços da Fundar, foi posteriormente incorporado como parte de seu patrimônio e agora é também fonte de novas iniciativas – projetos de

intervenção e projetos editoriais, pensados a partir dos documentos. Assim, de muitas maneiras o arquivo tem permitido manter viva a memória de Darcy. Mais do que isso, tem embasado projetos que, hoje, são desenvolvidos por seus 'herdeiros' e desempenhado papel relevante na manutenção do projeto institucional.

Considerações finais

As histórias inscritas nos arquivos – suas configurações, seus usos e significados – despertam grande interesse. Nem sempre visíveis, são fundamentais para sua compreensão como produtos histórico-sociais e têm inspirado uma vertente de estudos, algumas vezes designada antropologia dos arquivos, à qual este trabalho se associa. Nela, a atenção está sempre se deslocando dos documentos – do conteúdo dos arquivos – para a história da constituição do conjunto documental e para a estrutura por meio da qual ele é preservado e acessado.

No caso dos arquivos pessoais, a atenção às modalidades de sua constituição pode ser um caminho para alcançar a personalidade de seu titular. Não se trata, aqui, de sublinhar a velha crença de que o arquivo é o caminho seguro para acessar a intimidade do acumulador, mas sim de sugerir que o arquivo, quando analisado como conjunto dotado de historicidade, revela práticas e representações que podem desvendar dimensões da autoimagem e visão de mundo de seu titular.

Ao arquivar projetos e textos relacionados a suas áreas de interesse – educação, América Latina, populações indígenas, Amazônia etc. –, Darcy Ribeiro operava com seus documentos para projetar-se na cena pública. Ele contava com o arquivo para, diante de uma audiência acadêmica, no exercício de um cargo ou integrando um novo grupo de trabalho, municiar-se com propostas compatíveis com a imagem de homem irrequieto e atuante. Mais do que isso, a reunião de documentos que pudessem servir a futuros projetos expressa o imperativo de intervir. Darcy era movido por ideais, suas 'utopias', e se via como missionário comprometido com a humanidade, sobretudo com o povo brasileiro, cujo destino desejava influenciar. Por meio dos seus fazimentos, pretendia alterar a paisagem nos diversos campos em que atuou, caminhando em direção a seus ideais de justiça e igualdade.

Investigar a motivação acumuladora de Darcy sugeriu-nos, como contraponto à imagem tradicional do arquivo-memória, a imagem do arquivo-projeto, cujos usos vislumbrados pelo titular apontavam antes para ações futuras do que para registros do passado. A relação de Darcy com seus documentos, ao menos com aqueles cuja guarda pudemos recuperar, indica que o arquivo, para ele, era meio e não fim, era instrumento para a realização de seus fazimentos, estes sim destinados a permanecer e manter viva a sua memória.

A reconstituição da história da Fundar, por sua vez, revelou os sentidos conferidos pelo próprio Darcy ao projeto, iluminando por outro ângulo seu ideal de permanência: a Fundação deveria manter viva sua memória não porque tomaria sua obra como objeto de pesquisa ou se dedicaria a exaltar sua trajetória – ainda que essas dimensões estivessem presentes –, mas sim porque o substituiria na arena pública, dando continuidade a sua ação política e cultivando a imagem combativa que o teria caracterizado. Poder-se-ia dizer que, no ideal do antropólogo, era o seu *mana* que Darcy desejou legar à Fundar.

O arquivo, pouco valorizado no projeto por ele esboçado, ganhou relevo mais tarde, após sua morte, quando a instituição iniciou o investimento no acervo, um patrimônio que cedo revelou seu potencial para atrair investimentos e pesquisadores. Nos últimos tempos, a representação do arquivo como repositório de ideias e projetos parece animar um movimento interno na instituição, que, por meio da exploração de seus documentos, busca montar uma agenda de trabalho capaz de garantir a presença da Fundação na cena pública.

Para assumir o lugar de Darcy Ribeiro, a Fundar deve reinventar-se continuamente e, para isso, recorre ao arquivo, ativando-o a partir de novos usos. A ideia de que os arquivos são ativados por seus usos, ao ingressar no espaço público das instituições e ser disponibilizados como fonte de pesquisa, é desenvolvida por Eric Ketelaar (2006). Segundo o arquivista holandês, a estrutura institucional em que o arquivo é abrigado estabelece um 'lugar' para ele, define formas de consulta aos documentos, determina os recursos destinados a preservação, divulgação e acesso aos registros, promove alterações no conteúdo dos conjuntos documentais, além de utilizá-los de diversas maneiras – aspectos que a relação entre a Fundar e o arquivo Darcy Ribeiro tão bem ilustra. Cada vez que um criador, um utilizador ou um arquivista interage, intervém, interroga e interpreta um documento, este é construído de forma ativa. Cada ativação deixa marcas sobre o documento ou no seu entorno, as quais atribuem significações ilimitadas aos arquivos (p.66).

A busca desses atributos de significação anima um novo olhar sobre os arquivos. No caso dos arquivos pessoais, interessa perscrutá-los como espaço de investimento e projeção do titular; como forma de acesso a sua trajetória, seus círculos de sociabilidade, suas estratégias de produção intelectual; como artefato construído a partir de distintas interferências, no ambiente privado e no público; como legado investido do atributo de representar uma trajetória individual, objeto de investimentos por parte da instituição que o abriga e da qual o arquivo se torna patrimônio; como resultado da ação dos profissionais responsáveis pela transformação do conjunto documental em fonte histórica, entre outras dimensões. Todas elas indicam caminhos de pesquisa capazes de qualificar processos de configuração de memórias, de monumentalização de registros e, sobretudo, de gestão de passados cujo sentido se expressa e se projeta no presente.

NOTAS

¹ Para este resumo biográfico de Darcy Ribeiro, vali-me sobretudo de Couto, Galvão, 2001.

² Em entrevista, seu sobrinho Paulo Ribeiro (27 maio 2008, 13 fev. 2009) discorreu sobre essa característica: “Ele trabalhava de manhã, à tarde e à noite. Nenhum dia da vida ele tirava para descansar. O descanso dele era o trabalho. Uma coisa emergencial, porque a morte ficou muito presente para ele, em 74 ... depois do câncer, porque aí ele podia morrer. Ele, antes, achava que era imortal”.

³ Em 1988 Darcy contava, entre suas obras ‘edificadas’, o Museu do Índio, a Universidade de Brasília, os Centros Integrados de Educação Pública, a Passarela do Samba (Sambódromo) e a Biblioteca Pública Estadual do Rio de Janeiro. A Casa de Cultura Laura Alvim e a Casa França-Brasil também foram criadas durante a sua gestão à frente da Secretaria Estadual de Ciência e Cultura (1983-1986).

⁴ Essa reflexão e esses nomes aparecem no capítulo “Etnologando”, de *Testemunho* (Ribeiro, 2001), e no capítulo “Mestres brasileiros”, de *Confissões* (Ribeiro, 1997).

⁵ Todos os documentos do Arquivo Darcy Ribeiro mencionados no texto encontram-se no dossiê dedicado à Fundação Darcy Ribeiro, Fundar, que integra esse arquivo. Na época em que os consultei ainda não haviam sido codificados, por isso foi impossível referenciá-los individualmente.

⁶ Essas informações foram prestadas por Cláudia Zarvos em entrevista por telefone, em 6 de junho de 2008. Cláudia não se mostrou disponível para entrevista presencial, mas forneceu informações interessantes sobre a relação de Darcy com sua biblioteca e seu arquivo. Cláudia e Darcy foram casados de 1976 a 1994.

⁷ João Filgueiras Lima, o Lelé, foi o arquiteto responsável pelo projeto arquitetônico dos Centros Integrados de Educação Pública, no primeiro governo Leonel Brizola no Estado do Rio de Janeiro.

⁸ O arquivo de Darcy Ribeiro foi objeto de minha tese de doutorado em sociologia (Heymann, 2009).

⁹ Os dois convênios celebrados pela Fundar, com o objetivo de prover recursos para a organização do arquivo – o primeiro firmado com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), em 2000, e o segundo com a Fundação Cesgranrio, em 2002 – foram indicativos, também, do interesse despertado pela documentação e da possibilidade de alavancar recursos para seu tratamento e difusão.

¹⁰ O livro *Confissões* (Ribeiro, 1997) reproduz carta de Darcy ao amigo Raul, de 21 de abril de 1952, na qual comenta: “Trabalho que nem burro, não porque faça muita coisa, mas porque aquela velha preguiça não me larga. Se sai alguma coisa, é porque Berta não me dá folga”. E ainda: “Em São Paulo, estudante, achei minha mulher. Não falo mais porque ela critica as cartas quando datilografa” (p.114).

¹¹ Segundo Dellaperuta (9 maio 2008), a Universidade da Paz referia-se a um projeto de universidade aberta, inspirada na Universidad Complutense de Madrid.

¹² A dimensão de intervenção que marcou a atuação pública de Darcy Ribeiro foi explorada de forma exemplar por Helena Bomeny (2001).

¹³ Neste trecho do depoimento, Paulo Ribeiro refere-se a João Cláudio Todorov, reitor da UnB de novembro de 1993 a novembro de 1997.

¹⁴ O Memorial Darcy Ribeiro, como foi batizado o espaço, foi inaugurado em dezembro de 2010 com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Financiada pelo Ministério da Cultura e pela Fundação Darcy Ribeiro, a obra consumiu R\$8 milhões. Segundo o reitor da UnB, José Geraldo de Sousa Junior, o memorial recuperava a “utopia simbólica” da Universidade (Borges, 6 dez. 2010).

¹⁵ A coleção, lançada pela Fundação Darcy Ribeiro, recebeu o título *Os Franceses no Brasil. Seu primeiro volume, Nicolas Durand de Villegagnon e outros (1542-1569): correspondência*, foi publicado em setembro de 2009.

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena.

Darcy Ribeiro: sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001.

BORGES, Priscilla.

UnB inaugura memorial para Darcy Ribeiro nesta segunda-feira. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/unb+inaugura+memorial+para+darcy+ribeiro+nesta+segundafeira/n1237848844583.html> Acesso em: 10 fev. 2011. 6 dez. 2010.

COUTO, André Faria; GALVÃO, Cláudia. Darcy Ribeiro. In: Abreu, Alzira Alves et al. (Org.). *Dicionário histórico-biográfico pós-30*. 2.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2001.

DELLAPERUTA, Elyan.

Entrevista concedida a Luciana Heymann. Rio de Janeiro. Arquivo digital (57 min). 9 maio 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos.

Autenticidade, memória e ideologias nacionais:

o problema dos patrimônios culturais. In: Gonçalves, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: MinC/Iphan. p.117-137. 2007.

HEYMANN, Luciana.

De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do “legado” de Darcy Ribeiro. Tese (Doutorado) – IUPERJ, Rio de Janeiro. 2009.

HEYMANN, Luciana.

Os ‘fazimentos’ do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.36, p.43-58. 2005.

KETELAAR, Eric.

(Dé)Construire l’archive. *Matériaux pour l’histoire de notre temps*, Nanterre, n.82, p.63-69. 2006.

MCKEMMISH, Sue.

Evidence of me... *Archives and Manuscripts*, Camberra, v.24, n.1, p.28-45. 1996.

Luciana Quillet Heymann

MOREIRA, Gisele Jacon de Araújo.
Entrevista a Luciana Heymann. Rio de Janeiro.
Arquivo digital (1h53min). 29 abr. 2008.

RIBEIRO, Darcy.
Testemunho. São Paulo: Siciliano. Disponível
em: www.fundar.org.br. Acesso em: 15 fev.
2008. 1.ed., 1990. 2001.

RIBEIRO, Darcy.
Confissões. São Paulo: Companhia das Letras.
1997.

RIBEIRO, Paulo.
Entrevista a Luciana Heymann. Rio de Janeiro.
Arquivo digital (2h15min). 27 maio 2008; 13
fev. 2009.

VASCONCELOS, Fabiana.
Darcy Ribeiro presenteia o *campus*. Disponível
em:
[http://www.unb.br/noticias/unbagencia/
unbagencia.php?id=1468](http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=1468) Acesso em: 30 jul.
2011. 2 abr. 2009.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ,
Paulo Sérgio Moraes de.
A vontade de guardar: lógica da acumulação
em arquivos privados. *Arquivo e Administração*,
Rio de Janeiro, v.10-14, n.2, p.62-76. 1986.

